

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No final do ano de 2010, o Sector Empresarial do Estado no sector dos Transportes Públicos acumulava uma dívida de 16,7 mil Milhões de euros, equivalente a cerca de 10% do PIB nacional, consumindo naquele ano cerca de 590 Milhões de euros só em juros.

Salários e postos de trabalho das empresas públicas de transportes estavam em risco com o sector a operar em falência técnica, situação que a lei nacional, por exemplo, não permite a nenhuma empresa privada.

Quando o governo socialista de então pediu assistência técnica e financeira à União Europeia, assinou um Memorando de Entendimento com a 'tróika' em maio de 2011, obrigando-se perante aquela a proceder a uma profunda reestruturação e racionalização deste sector em crise, por forma a torná-lo sustentável, a conferir-lhe uma gestão equilibrada, permitindo-lhe prestar um serviço público de qualidade.

O anterior Governo empreendeu esta mudança respeitando os compromissos existentes, procedendo à racionalização da actividade e explorando sinergias várias na reestruturação das empresas deste sector nos diversos modos de transporte.

Ao lançar a subconcessão da sua actividade em Lisboa e Porto foram agregadas empresas fluviais, do metropolitano e da rodovia proporcionando condições de operação e exploração que não só eliminavam o encargo anual para o erário público como transferiam a responsabilidade na realização programada de investimento de renovação das respectivas frotas para os privados.

Na primeira avaliação de Bruxelas à "execução das recomendações específicas por país para 2015" do Conselho Europeu no âmbito do novo ciclo do Semestre Europeu (2016), o estudo do grupo de trabalho divulgado em Fevereiro deste ano destacava alguns aspectos relevantes:

*«Registaram-se também algumas melhorias a nível da sustentabilidade financeira das empresas públicas, mas os técnicos torcem o nariz com a 'inversão parcial da privatização da TAP', porque esta "pode implicar riscos orçamentais".*

E ainda com "o cancelamento da atribuição de concessões de transporte urbano em Lisboa e Porto" que "terá um impacto orçamental imediato durante 2016, uma vez que as economias que supostamente estas concessões trariam não se materializarão". "As escolhas políticas no setor dos transportes precisarão de ser secundadas por medidas que assegurem a viabilidade financeira destas empresas públicas", avisavam.

O governo actual ao pôr irresponsavelmente em causa as soluções encontradas pelo anterior governo na decorrência do referido Memorando de Entendimento assinado por outro Governo socialista, lançou de novo a incerteza quanto ao futuro do sector dos transportes e criou dificuldades acrescidas ao seu funcionamento sendo já visíveis alguns resultados negativos dessa actuação e suscitando muitas interrogações.

Ao anunciar a intenção de reverter o processo das subconcessões de transportes atribuídas nas regiões do Porto e de Lisboa, impediu as administrações das empresas de concluírem o processo junto do Tribunal de Contas na sua fase final, travando uma boa solução para as contas públicas e para os portugueses.

Acrescentou além disso os riscos e os custos de uma litigância certa em tribunal com as entidades preteridas, e sem que tenha oferecido sequer uma solução alternativa àquela que ideologicamente se apressou a por em causa.

Mais um passo está a ser dado com a intenção do actual governo de reconstituir as administrações pré-existentes naquelas empresas, reactivando apenas custos previamente eliminados, e sem que se vislumbre também neste sector, o investimento público prometido por este governo, num momento em que o sector se queixa particularmente da falta de manutenção das suas frotas.

Não cuidou este governo de assegurar as condições de funcionamento normal das empresas abrangidas como não cuidou de assegurar a continuidade do necessário investimento sectorial, e corre o risco de deixar degradar muito rapidamente de novo estas empresas e a qualidade do serviço prestado, situação que só tenderá a agravar-se com o passar do tempo.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer cópia dos seguintes documentos ao **Ministro das Finanças**, através de V. Exa.:

1 – Pedidos de autorização de despesa de investimento apresentados no âmbito do OE 2016 pelo Conselho de Administração da STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., tutelada pelo Ministério, com indicação da respectiva data de apresentação;

2 – Autorizações emitidas pelo Ministério para a realização daqueles investimentos durante o ano de 2016, e respectiva data de autorização.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 7 de Outubro de 2016

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)